

SESSÕES DO PLENÁRIO

11ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Srs. Deputados, há uma convocação de sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar a proposta de emenda constitucional nº 136/2014, de autoria do Poder Executivo.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra a representante do Oeste nesta Casa, deputada Kelly Magalhães, pelo tempo de 5 minutos.

A Srª KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, nesta quinta-feira que, com certeza, será uma quinta-feira longa para todos nós deputados, mas estamos aqui com o sem

timento do dever a cumprir com a sociedade baiana de votar um projeto que considero importante para o desenvolvimento do Estado, para os projetos que o

governo tem desenvolvido para melhorar cada vez mais essa grande Bahia.

Subo a esta tribuna porque ontem falei sobre a violência praticada pelo prefeito da cidade de Barreiras quando mandou passar uma retroescavadeira e bateu num cidadão. Hoje, quero abordar o fato que chocou toda a cidade de Riachão das Neves, todo o Oeste da Bahia, toda a Bahia, todo o Brasil, que foi, sem dúvida nenhuma, o fato estarrecedor de cinco crianças serem abusadas sexualmente por três adultos, e uma delas ser a mãe dessas crianças. A pedofilia é algo de mais nojento, é algo de mais deprimente e mais cruel que se pode cometer contra uma criança. Campanhas e mais campanhas o governo e a sociedade tem feito. Tem-se alertado, falado e muitas vezes a gente não percebe os sinais de que é de dentro da própria família, dentro do próprio seio da família que acontecem coisas horrendas como essa. Mas, no caso específico da cidade de Riachão das Neves, município vizinho à cidade de Barreiras, o que chama a atenção é o fato de ter uma mãe envolvida no caso e de mais duas pessoas, além da mãe, uma professora da rede municipal formada em Pedagogia, ou seja, uma profissão que é especializada para cuidar de crianças, e um policial militar. Esses três abusavam do filho da amante do policial, que fugiu. Também fugiram a mãe das crianças e o policial militar, e as crianças estão cidade sendo cuidadas por familiares, num clima de terror, num clima ainda tocado pela violência.

Assim, eu quero pedir daqui da tribuna da Assembleia ao secretário da Segurança Pública, Dr. Maurício Barbosa, e ao comandante da Polícia Militar do Estado da Bahia, coronel Castro, que de forma nenhuma permita a aposentaria desse soldado, que deveria estar na cadeia sem os seus proventos, porque faltam apenas dois meses para ele ir para a reserva e a gente já sabe das manobras de que ele já estaria buscando um advogado para se apresentar e depois ir para a reserva pelo pouco tempo que lhe falta.

Portanto, queríamos pedir isso. Faço esse pedido em nome da sociedade do Oeste da Bahia. Faço isso em nome da família das crianças, que repudia veementemente esse ato covarde dessas três pessoas envolvendo, inclusive, a mãe dessas crianças. Pedimos que a Polícia Civil seja mais eficaz. Que a Polícia Civil e a Polícia Militar possam investigar o caso com mais rigor, porque já sabem que há outras pessoas envolvidas, inclusive há suspeita de outros policiais, e não é possível que possamos permitir que essas pessoas sejam protegidas no silêncio e na cumplicidade daqueles que devem proteger as crianças, a infância, o futuro deste País, desta Nação.

Portanto, esperamos que haja uma rigorosa investigação, que não haja silêncio nem cumplicidade e que haja absolutamente toda agilidade, inclusive para impedir que esse ser humano... Aliás, que esse verme - não é um ser humano, mas sim um verme rastejante da pior espécie esse policial militar -, essa mãe e essa professora sejam punidos exemplarmente na forma da lei.

Este é o meu pronunciamento, a minha fala hoje para que a Secretaria da Segurança Pública, na pessoa do coronel Castro, busque todos os esforços para impedir que esse ser execrável tenha a sua aposentadoria e seja incorporado aos quadros da gloriosa Polícia Militar do Estado da Bahia. Ele tem de ser impedido de ir

para a reserva. E que haja celeridade na apuração para que o Oeste da Bahia e a cidade de Riachão das Neves não fiquem com essa nódoa, essa marca imunda de uma cicatriz terrível na mente dessas crianças e do povo de toda aquela região.

Era isso que eu queria pedir. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos. Depois V.Ex^a, deputado Marcelino Galo. Aqui é pela ordem.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. da Imprensa, na Bíblia está escrito: “Tendo Jesus dito isto, turbou-se em espírito e afirmou dizendo: “Em verdade, em verdade vos digo que um de vós há de me trair.”

Sr. Presidente, venho a esta tribuna mais uma vez denunciar a falta de respeito que está acontecendo, que está sendo pregada nesta Bahia e na Nação contra as famílias e os religiosos, sejam eles evangélicos, católicos, espíritas. Estou aqui principalmente para denunciar o absurdo da insinuação dos *outdoors* instalados pelo Estado, mais precisamente em Vitória da Conquista e região, os quais trazem um beijo gay com a figura do Senhor Jesus, tão respeitada pelos irmãos católicos. É a figura de Jesus dando um beijo gay, insinuando aquela propaganda de que o Senhor Jesus, Filho de Deus, é gay e também coaduna com o homossexualismo.

Mais lamentável ainda, Sr. Presidente, é que descobrimos que tal absurdo foi bancado, autorizado pela Secretaria Estadual de Cultura, pelo Sr. Albino, através da Funceb. É o cúmulo do absurdo pegar uma imagem... Embora nós evangélicos entendamos que o nosso Deus é universal, é a figura respeitada pelos católicos que tem aquela imagem como o nosso Jesus Cristo, Filho de Deus.

E como um dos homens de Deus nesta Casa, não posso aceitar que com dinheiro público seja insinuado que o Jesus Filho de Maria é homossexual, que o Jesus Filho da Mãe Maria seja gay, como quer a Secretaria de Cultura tentar sutilmente dissimular. Aliás, aquilo não é sutil porque afronta, pelo tamanho do *outdoor* que está naquela região, o símbolo cultuado pelos católicos. Temos lá um Jesus dando um beijo gay! Isso é no mínimo uma imoralidade!

E se ficar comprovado que o Sr. Albino realmente autorizou tal molequeira, tal vagabundagem, com certeza o governador, ao tomar conhecimento, providenciará no mínimo demitir esse secretário inconsequente, irresponsável. Fico a perguntar o que virá depois da insinuação de um Jesus gay e o que farão com a jovem Maria, aquela que foi escolhida para ser a mãe biológica do Sr. Jesus. Se já colocam a imagem, se já tentam colocar para a criança e a nossa juventude que o nosso Jesus é gay, mais à frente e também com o nosso dinheiro público sem dúvida vão querer trazer a imagem desta mulher maravilhosa chamada Maria, que não está mais entre nós mas tem uma história que deve ser cultivada, como lésbica. Daqui a mais uns dias a Secretaria de Cultura deverá estar autorizando cartazes insinuando que Maria, a mãe biológica do Sr. Jesus, também é lésbica e participa do lesbianismo. Isso é uma falta

de vergonha!

Sr. Presidente, esta Nação precisa acordar para o que está sendo pregado. É um desrespeito às famílias. Ainda ontem estive na Secretaria da Justiça e Direitos Humanos cobrando uma reparação para que seja feito um projeto que guarde e respeite os direitos da família tradicional, dos evangélicos e católicos, que têm direito a sua fé.

O secretário em sua nota respondeu que estava trabalhando para construir uma cultura cidadã que possibilite a predominância dos novos valores democráticos. E que novos valores são esses? A destruição das famílias, a homossexualidade pregada a qualquer custo aos nossos filhos! Para não chamar direto e não dizer a palavra toda, diria que, se esse secretário estiver realmente disposto a fazer apologia ao homossexualismo, ele não passa de um saco de cana. Cana, todos sabem o que é. E saco também. Então esse secretário, se vai desrespeitar as famílias, não passa de um saco de cana. Que Deus tenha misericórdia dele e de todos nós!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer e expressar a posição do nosso PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, sobre a tentativa de se elaborar uma lei antiterrorismo aqui no Brasil. Entendemos que é uma proposta inconsequente e inoportuna que não tem nenhum sentido para o nosso País. Não concordamos com nenhuma lei desse tipo neste momento, até porque a nossa Nação não vive sob ameaça terrorista, mas sim um período de avanço democrático e conquistas sociais iniciado pelo presidente Lula e que tem continuidade na presidenta Dilma, enquanto aqui na Bahia o nosso governador Wagner e, sem dúvida, o nosso companheiro Rui Costa também o continuarão.

O nosso Brasil vive hoje também um momento de efervescência e manifestações justas em busca de avanços democráticos. Portanto, não se justifica criar uma lei denominada lei antiterrorismo porque, sem dúvida nenhuma, ela em nada contribui para a nossa democracia e o nosso Estado Democrático de Direito. As leis vigentes no nosso País e as leis internacionais já são suficientes para coibir qualquer abuso, seja por parte de manifestantes isoladamente, seja por parte da própria polícia. Não concordamos com eventuais abusos, mas as atuais leis são suficientes para coibirem tanto os abusos de um lado como do outro, seja de qualquer manifestante isolado que praticou um determinado abuso, seja de um policial isolado que também cometeu um abuso. As leis que temos são suficientes para coibirem esses abusos.

Portanto essa tentativa de fazer uma lei antiterrorismo é, na realidade, uma investida de setores reacionários de direita que querem coibir as manifestações populares, que são justas. Precisamos de milhões e milhões de pessoas nas ruas, precisamos de milhões manifestantes para reivindicar melhores condições de vida para todos. Manifestações que venham a promover a justiça social e a paz.

Manifestações que venham a exigir a taxaço das grandes fortunas, a reforma agrária radical, o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho, melhoria no salário dos trabalhadores, em particular o aumento do salário mínimo. Portanto precisamos de mais manifestantes nas ruas, mais mobilizações para que possamos avançar ainda mais nas conquistas sociais.

O nosso partido, o PCdoB, já se posicionou contra essa tentativa de se criar uma lei antiterrorismo, porque, na realidade, é uma tentativa de setores da direita, reacionários, que querem coibir as manifestações populares. Precisamos de mais manifestações para construir uma sociedade com paz e justiça social.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia por 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para falar aos deputados, em especial os que compõem a Comissão da Saúde, que na terça-feira, a última reunião, eu disponibilizei para todos os membros um relatório das atividades do ano 2013. Também o encaminhamos ao presidente Marcelo Nilo e ao diretor da Sala das Comissões Dr. Peri e ao secretário da Saúde Dr. Washington. Não aprovamos ainda o cronograma das atividades da Comissão para 2014, porque não tivemos quórum suficiente, mas mesmo assim já li na comissão as audiências previstas no cronograma e faço aqui uma convocação para que na terça-feira tenhamos quórum, a fim de aprovarmos este cronograma.

E nós vamos ter, dentro deste cronograma, uma audiência pública com o tema Saneamento Básico na Bahia. Quanto ao plano de saneamento básico aqui na Bahia, queremos, também, trazer, para a discussão, os temas: PPP – Parceria Público Privada; visita ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues; audiência pública com o tema Saúde, Saneamento na Copa do Mundo de 2014.

Nós precisamos saber como está sendo estruturada a saúde para este grande evento também que é a Copa do Mundo referente ao tema da questão do atendimento à população. Tudo isso, precisamos trazer e conhecer qual o projeto de saneamento para a Copa do Mundo.

Quanto ao fórum científico com o Centro de Pesquisas da Bahia, vamos, também, ter, aqui nesta Casa, uma audiência pública para tratar da situação dos ostomizados no Estado da Bahia.

Sr. Presidente, acho que se esqueceram de cronometrar o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, companheiro, aqui já concluiu.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Eu não ouvi.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Estamos liberando para V.Ex^a concluir.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Estão liberando. Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir, vamos ter, também dentro desse cronograma, o Dia Mundial da Saúde. A audiência pública será com o tema Portadores de Doenças Raras. Vamos ter

o Outubro Rosa, o Novembro Azul e o Novembro Negro e o Dezembro Vermelho.

Então, Sr. Presidente, este cronograma foi apresentado. Esperamos que, na próxima terça-feira, os Srs. Deputados, componentes desta comissão, possam estar presentes, mesmo sabendo que vamos ter muitas atividades neste ano de eleição. Mas a Comissão de Saúde precisa ter, realmente, esta liberdade da aprovação deste cronograma, a fim de que possamos realizar tudo isso que acabei de relatar, porque, com certeza, será bom para o Estado da Bahia e, também, para toda a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, corpo técnico-administrativo desta Casa, assessores dos gabinetes, ouvintes da *TV Assembleia*, quero trazer nesta manhã, com muita alegria, o registro da presença do governador Jaques Wagner no município de Carinhanha.

Estariamos lá, nesta manhã, eu, o deputado federal Waldenor Pereira mais outros colegas da Assembleia Legislativa para comemorar e inaugurar uma grande obra de infraestrutura hídrica naquele município. Trata-se da conclusão do Projeto Água Doce. Acabamos de concluir este projeto que beneficiará cerca de 14 a 15 mil pessoas nas agrovilas e outras comunidades rurais daquele município.

O projeto foi construído pela ex-prefeita Chica do PT e teve seguimento, agora, com o nosso companheiro e prefeito Paulo da Yonara. Esta obra tem, também, a marca da presidenta Dilma, a marca do governador do Estado Jaques Wagner e a marca de todos os esforços dos nossos órgãos específicos.

Queria parabenizar a Cerb na pessoa do Dr. Bento, Dr. Cláudio e toda sua equipe que não mediram esforços para viabilizar esta grande obra. Naturalmente, o grande beneficiado é o povo de Carinhanha.

Por isso, quero deixar, aqui, o meu abraço e os meus cumprimentos ao prefeito Paulo da Yonara, ao vice-prefeito Raimundo Magalhães, a todos os nossos vereadores e aos vereadores da base aliada do prefeito Paulo.

Parabenizo, de forma entusiasmada, o governador Jaques Wagner por essa grande obra, Sr. Presidente.

Além do Projeto Água Doce que beneficia de 14 a 15 mil pessoas, temos, também, uma grande notícia: a complementação daquelas comunidades rurais.

Solicitado pelo deputado federal Waldenor Pereira, o presidente da Codevasf informou como estão as medidas e as ações para a complementação de toda a zona rural de Carinhanha e mandou a sua diretoria fazer o levantamento.

Temos a bela notícia de que, agora, no final de março, a Codevasf lançará um edital para complementação do abastecimento de água nas comunidades rurais difusas de Moreira, Cabacinha, Bebedouro, Amargosa, Brotas, Graças, Queimadas, Angico, Três Vilas e Barra de Parateca. Todas essas comunidades pertencem ao município de Carinhanha. Além disso, temos encaminhado à Cerb uma relação de

poços artesianos de pequenos sistemas simplificados de água para outras comunidades. Dentro em breve, essa obra terá a sua complementação, pois está orçada em torno de R\$ 4 milhões. E, com os 14 milhões do Projeto Bebedouro, perfaz-se um total de investimentos da ordem de quase R\$ 20 milhões em Carinhanha. Os objetivos desses projetos são para atender àquele povo laborioso e trabalhador que reconhece, no governo Wagner, uma verdadeira inundação de água potável para as regiões rurais daquele município.

Por isso, Sr. Presidente, apesar de não ter podido chegar a Carinhanha em função de problemas técnicos de cancelamento do voo, estivemos no aeroporto. Por isso, não pudemos embarcar.

Mas quero deixar, aqui, o meu abraço e os meus cumprimentos à companheira Chica do PT e, principalmente, ao nosso prefeito Paulo da Yonara, ao vice-prefeito Raimundo Magalhães e a todos os vereadores da base do governo, especialmente os vereadores que têm lá a marca do nosso partido e que trabalharam tanto para que esse projeto chegasse a Carinhanha.

Sr. Presidente, era esta a nossa comunicação e a nossa intervenção neste Pequeno Expediente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ontem, deputado Gaban, mais uma vez, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados jogou para a plateia. Tal comissão não foi, mais uma vez, sincera com a população brasileira e com o nosso País, pois a comissão rejeitou a aprovação, em um momento como este, da redução da maioria penal, que é uma situação urgente em nosso País em virtude da violência que assola todas as estados e todas as cidades.

O deputados federais perderam uma boa oportunidade, Srs. Deputados, de aprovar, deputado Bruno, ou copiar algo. Digo, sempre, que o Brasil tem de se espelhar em outros países, claro, adaptando as necessidades às nossas características. Mas, aqui, deputado Bruno, os nossos deputados federais, com raríssimas exceções, só pensam na eleição deste ano.

Deputado Gaban, eu ouvi uma frase interessante que se aplica ao Congresso Nacional, aos políticos. Eu digo que eu não me incluo ou incluo os nossos colegas aqui da Assembleia, porque nós não temos o poder constitucional de fazer emenda à Constituição, fazer as leis maiores desse País. A frase diz o seguinte, deputado Gaban, todos os políticos sabem o que é necessário fazer, deputada Luiza Maia, só não sabem fazer e ganhar a eleição. Então, as leis que esse País precisa, e eu falava aqui e a senhora não ouviu, que ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, foi rejeitada a maioria penal a partir dos 16 anos. É por isso que nós vamos continuar com essa violência desenfreada. É claro que não é só diminuir a maioria penal que vai

resolver o problema do País, mas iria começar, pelo menos a intimidar, pelo menos a diminuir esses crimes bárbaros, que todos os dias a população assiste, marginais atirando aí na cabeça de qualquer um como se fosse uma barata, como se fosse qualquer animal.

Essa é a situação do nosso País, uma situação que em um ano morre mais gente, deputado Vando, assassinado nesse País do que se juntar todas as guerras em curso aí pelo mundo, da Síria, do Iraque e em vários outros países da Ásia. Porque, deputado Vando, os nossos colegas em Brasília, com raríssimas exceções, vivem numa bolha, não estão preocupados com a situação do País, quando tem uma pressãozinha como houve em julho correram, tentaram mexer, não houve mais manifestação e continua tudo da mesma forma. Então, esse País vai continuar no atraso, enquanto continuar com essa demagogia.

E aqui eu vi o deputado Álvaro dizer que quer fazer uma lei antiterrorismo é coisa da Direita. Não concordo, deputado Álvaro, não adianta. Eu queria que V.Ex^a fosse proprietário de um comércio duramente conquistado e assistisse mascarados botarem fogo e depredarem, eu queria saber como V.Ex^a ia se comportar.

Então, tem de endurecer, até porque as leis, nenhuma delas está sendo proposta para não permitir as manifestações, o que está se querendo, apenas, é botar ordem, o que está se querendo é impedir que pessoas que vão às ruas com o intuito de barbarizar acabem sujando as manifestações que são democráticas, que são legais e que fazem parte do processo democrático. O que se está querendo é botar um pouco de ordem. Nós não podemos admitir que um país como o nosso aceite que vândalos, que marginais envolvidos com alguns partidos, sendo pagos, vão botar fogo, depredar bens públicos, propriedades privadas e alguns achem que isso é normal. É isso que estamos querendo que se proíba no nosso País. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Gaban:- Desisto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, eu já fiz aqui referência a esse projeto meu, a essa PEC, mas queria repetir, porque V.Ex^a está hoje comandando esta sessão, e fazer um apelo a esta Casa, principalmente aos dois Líderes, principalmente ao da Oposição, porque o deputado Zé Neto já assinou, para que possamos, na sessão de hoje, discutir, apreciar essa PEC, que estamos chamando de PEC dos torturadores, que seria acrescentar ao art. 21 da nossa Constituição Estadual que diz que “fica vedada no território do Estado da Bahia a utilização do nome, sobrenome ou cognome de pessoas vivas, nacionais e estrangeiras”, também que tenham sido envolvidas em práticas de torturas, violação dos direitos humanos, “para denominar cidades, localidades, artérias, logradouros, prédios ou equipamentos de qualquer natureza”.

Eu queria fazer esse apelo porque sempre tive uma postura crítica em relação ao fechamento desta Casa para a sociedade. E nós vimos no jornal *A Tarde*, do dia 12, que o Colégio Estadual Presidente Garrastazu Médici – que, como todos sabem, foi um presidente da ditadura militar envolvido em torturas, em violação dos direitos humanos, um dos piores presidentes dos 21 anos da ditadura militar –, por iniciativa dos próprios alunos, que propuseram uma votação, teve o seu nome mudado para Colégio Estadual do Stiep Carlos Mariguella.

E não foi nenhuma imposição do Grêmio nem nada. Foi uma votação entre professores, funcionários, estudantes e pais. E fico achando que esta Casa fica atrás da sociedade. Quando apresentei essa proposta, foi também ouvindo os anseios e clamores de segmentos que acham que não é justo a sociedade brasileira e baiana fazer homenagem a quem esteve tão comprometido com torturas, com aquele período horroroso que vivemos no nosso Brasil e que ninguém mais quer retomar.

Acho justa essa proposta, por isso quero fazer mais este apelo aos meus pares para que aprovássemos, ainda nesta sessão de hoje, esse projeto. Essa decisão dos alunos do Colégio Estadual do Stiep Calos Mariguella está publicada no *Diário Oficial* de sexta-feira, dia 14, e é uma iniciativa importante.

Existe também um apelo na Câmara de Salvador para que seja trocado o nome da Avenida Adhemar de Barros para Avenida Milton Santos, que acho muito justo. Milton Santos tem uma história nesta Bahia de combate a desigualdade, ao capitalismo e é um dos maiores geógrafos e intelectuais do nosso Brasil. Ele merece. Já Adhemar de Barros não tem nada a ver. Então quero deixar aqui registrado este meu apelo e pedir ao deputado Elmar Nascimento que dispense as formalidades.

Para concluir, volto a falar desse outro nosso projeto, que é uma continuidade do projeto de lei antibaixaria, que proíbe a veiculação, publicação ou qualquer outro meio de divulgação no Estado da Bahia de peças ou mensagens publicitárias que utilizem imagens sexuais como atrativos.

Estamos vendo agora, principalmente nesta época de Carnaval, quanta propaganda de cerveja com mulher pelada junto. Acho isso um absurdo! Além de ser uma descaracterização do papel e do corpo da mulher na propaganda, perde o foco, o objetivo da publicidade. Não tem por que você fazer publicidade de cerveja com mulher pelada junto ao produto. Acho que essas coisas criam essa cultura para normatizar, legitimar a violência contra a mulher.

E essa violência não é somente física, mas também simbólica, que é, com sabemos, um dos piores tipos de violência a ser combatida, porque ela passa como gracinha, como piada, como coisa que não deixa marca, como a violência física.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores que nos ouvem e assistem, quero dizer que estamos recebendo a vista do nobre vereador da cidade de Água Fria, um dos municípios mais antigos do interior da

Bahia, uma das lideranças da comunidade do Topo. Quero mandar um abraço para todos os amigos que nos visitam, é muito gratificante tê-los entre nós.

Mas, subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para dizer que este Parlamento no momento em que coloca à disposição da sociedade baiana a perspectiva de mergulharmos com o devido aprofundamento nas mazelas relacionadas aos serviços de telecomunicações que são prestados aqui, em particular, no Estado da Bahia e no Nordeste brasileiro. A CPI da Telefonia, como está sendo conhecida, é a primeira CPI suprapartidária do Parlamento baiano. E nós temos uma oportunidade ímpar, única de proceder averiguações caras e necessárias para toda a sociedade do nosso Estado.

Digo isso, porque este é o serviço concedido desde a década de 90 num sistema de concessão dos serviços públicos. Embora tenha ampliado o acesso à população, transformado este País num dos cinco mercados mundiais do sistema de telefonia, a qualidade dos serviços de transmissão de dados da TV a Cabo, principalmente da telefonia fixa e da telefonia móvel, deixa a desejar. Em contrapartida temos uma das tarifas mais elevadas, quando se leva em consideração a referência da qualidade do serviço que é prestado ao povo da nossa querida Bahia.

Celebramos ao apresentar para toda a imprensa o *site* da CPI que terá um nível de inteiração e de interatividade com a população muito grande. Firmamos também uma parceria estratégica com a OAB e com o CREA para dar sustentação técnica aos trabalhos da CPI para que haja racionalidade em todos os movimentos que esta CPI fará. Mas também os Ministérios Públicos Federal e Estadual, além do Procon e da Defensoria Pública.

Essa parceria estratégica vai congrega esses órgãos que de maneira singular e apartada desenvolvem o seu serviço de maneira separada, sem o mínimo de convergência para poder cumprir o papel que a sociedade lhes reserva, enquanto instituição dos níveis federal e estadual, para que haja a proteção necessária do Estado Brasileiro na direção do consumidor. Ora, após a concessão desses serviços os resultados econômicos e financeiros para as concessionárias são os melhores. São recordes absolutos que saltam aos olhos de qualquer analista, em qualquer parte do mundo. Entretanto, quando você vai na direção do consumo, a análise do consumidor, o nível de satisfação na prestação dos serviços, todo mundo sabe que é o pior possível. Então, há alguma coisa errada.

A Anatel coloca em letras garrafais: “Estamos cumprindo os prazos. Estamos cumprindo todas as prerrogativas do processo e do contrato de concessão.” Mas o nível de satisfação do usuário da telefonia, por exemplo, móvel é mínimo. E nós estamos batendo sucessivos recordes de insatisfação, abarrotando o Procon, o Ministério Público Federal e Estadual, celebrando um dos maiores mercados da telefonia móvel, em que temos quase 2 aparelhos móveis por habitante, em torno de 1,5 a 2, mas a qualidade do serviço, a precariedade e, acima de tudo, os níveis de fiscalização e de regulação são vergonhosos. Portanto eu solicito, com a sua aquiescência, Sr. Presidente, a todos os nossos pares, que saiamos em defesa do bastião que pertence a esta Casa, que é a defesa do direito do consumidor.

Muito obrigado, por sua tolerância, Sr. Presidente.
(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Grande Expediente.

Concedo a palavra, pelo tempo de 25 minutos, ao deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, hoje... Gostei de ouvir a deputada Maria del Carmen dizer: “Vou ficar atenta”. E eu gosto disso, deputada.

Sempre que fazemos um pronunciamento, como o deputado Joseildo, procuro trazer informações para que isso aqui não vire um monólogo. É importante que tenhamos um debate, porque faz parte do Parlamento termos um debate extremamente saudável.

Eu, deputado Joseildo, infelizmente, estava dando entrevista à imprensa e não tive oportunidade de ouvir o pronunciamento de V.Ex^a, ouvi partes. Mas eu quero ter um conversa com V.Ex^a depois, porque foi um assunto extremamente grave que V.Ex^a trouxe aqui e tem que ter atenção dos 63 parlamentares.

Estamos com uma CPI suprapartidária em andamento. Nos 18 anos que tenho nesta Casa, é a primeira vez que vejo uma CPI ser suprapartidária. O cuidado que está sendo tomado, não só pelo presidente da comissão, deputado Paulo Azi, mas também por V.Ex^a como relator, são cuidados extremamente pertinentes.

Os entes convidados para participar da CPI da Telefonia foram muito bem selecionados. São eles os Ministérios Público Estadual e Federal, Defensoria Pública, OAB, o Tribunal de Justiça, o Crea, também o Procon, que é importantíssimo, porque o recorde de reclamações é na área da telefonia. Pela primeira vez, vejo ser montada a estrutura necessária para uma CPI, diferente de todas as CPIs que foram implantadas na Casa, para dar o resultado que a sociedade espera.

Está havendo o cuidado de convidar todos os órgãos envolvidos nesse processo para que, como resultado, possamos fazer o que V.Ex^{as} já viram em outros Estados, como Paraná e Rio Grande do Sul, onde foram realizadas CPIs. E lá acabou saindo um TAC como resultado. Por isso, é importantíssima a participação do Ministério Público.

Tenho de ressaltar os cuidados técnicos que estão sendo tomados. Uma empresa será contratada para quando forem realizadas as visitas itinerantes, vamos pegar antes a área de cobertura junto às operadoras do sistema de telefonia em nosso Estado, pegar todas as áreas de cobertura de cada ERB para que, em campo, na hora em que a CPI itinerante estiver ouvindo as queixas da população daquela determinada região, a equipe técnica esteja fazendo também as medições necessárias para dar os subsídios e a segurança jurídica para que os Ministérios Público Estadual e Federal possam atuar.

Então não peguei, infelizmente, o pronunciamento de V.Ex^a, mas qualquer tentativa de querer desvirtuar, desvalorizar ou desmotivar a CPI merecerá a repulsa dos 63 parlamentares desta Casa.

Com a responsabilidade que temos quando criamos uma CPI, uma estrutura técnica está sendo montada e diversos cuidados estão sendo tomados, e as falhas observadas em outros Estados estão sendo corrigidas nessa CPI. Ninguém tem autoridade. Só se tiver alguém que esteja aqui querendo desvirtuar o funcionamento da CPI para atender os interesses das operadoras. E, se isso for constatado, e só existe essa possibilidade, porque ninguém pode ser contra uma CPI dessa natureza, vamos, sim, juntamente com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça entrar com uma ação contra quem quiser desvirtuar o funcionamento da CPI.

Mas, meus caros deputados, hoje, estamos aqui num processo, mais uma vez, de obstrução. Na realidade, não somos nem nunca fomos contra a atual PEC. Até porque a sugestão foi minha, o governo acatou uma sugestão que dei para tapar o rombo da previdência. Essa é a ideia. Então, não poderíamos ser contra a PEC. Mas como? Já derrubamos essa PEC pelo motivo do governo do Estado, na hora em que a PEC estava em tramitação, apresentar um outro projeto antecipando recursos do futuro governador. Que, como já disse inúmeras vezes, vai ser eleito pela vontade popular do povo da Bahia. O governador está querendo pegar recursos dos 4 anos dos *royalties* do petróleo para tapar o rombo na Fonte 00.

O governo não pode querer desmentir mais uma vez. Se analisarmos o próprio balanço do governo do último quadrimestre do ano passado, balanço publicado fora do prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que determina final de janeiro, e o governo só veio a publicar o balanço real dia 10 de fevereiro, fora do prazo legal, mas, mesmo assim, nessa publicação fora do prazo legal, o governo mostra que tem um rombo na Fonte 100, antiga Fonte 00, que é a fonte de arrecadação do governo, um rombo de aproximadamente 2 bilhões e 200. E, mais à frente, o governo fecha as contas. Como é que ele tem um rombo de 2 bilhões e 200 na sua arrecadação e a contabilidade dele está fechada? É óbvio, isso foi uma confissão, mais uma vez, de que o governo tem utilizado recursos vinculados seja através dos *royalties* do petróleo, seja através de recursos da saúde, educação e segurança. Como exaustivamente vimos apresentando essa denúncia. Isso nos motivou a marcar uma audiência com o conselheiro Inaldo, do Tribunal de Contas do Estado. Porque o conselheiro Inaldo tem uma responsabilidade muito maior do que os ex-presidentes do Tribunal de Contas do Estado. É o primeiro auditor de carreira do Tribunal de Contas do Estado que assume a presidência daquele importante órgão fiscalizador. Levamos para ele e o alertamos. Porque temos gravado e já encaminhamos para o Tribunal de Contas do Estado as declarações feitas pelo então secretário Pititinga quando da apresentação do primeiro quadrimestre do ano passado, do balanço do Estado, da contabilidade do Estado. Na audiência pública aqui nesta Casa, na Comissão de Fiscalização, Finanças e Orçamento, o secretário declarou que os dados eram inconsistentes, não retratavam a verdade e que ele iria corrigi-los. Não teve tempo, foi substituído pelo secretário Manoel Vitório. Quando da vinda do secretário Manoel Vitório para apresentar o segundo quadrimestre do ano passado, pressionado por nós, na hora em que apresentava um saldo na conta do governo no valor de 7 bilhões, parecia até brincadeira. E nós nos questionamos como se tem um

saldo em caixa de 7 bilhões e, pela primeira vez na história do nosso Estado, tínhamos uma publicação em todos os jornais de grande circulação em nosso Estado, matéria paga pelos empresários que trabalham para o governo, dizendo que há mais de 1 ano não recebiam recursos, e muitas empresas estavam sendo quebradas.

Víamos, inclusive, o Ministério Público se movimentando para entrar com uma ação contra o Estado. O que se concretizou com o bloqueio de recursos, no valor de R\$ 220 milhões, para que o Estado, através da Secretaria de Saúde, pagasse o débito que tinha com os fornecedores de medicamentos. E por causa desse débito enorme já não estavam mais fornecendo medicamentos para os hospitais do Estado.

As pessoas que não têm condições de pagar um hospital particular vão aos hospitais públicos, e os médicos não têm como receitar medicamentos porque lá não existem. Temos gravado o que o secretário Manoel Vitório disse: “Me dê um tempo para eu me regularizar.” O Fiplan, que é o sistema de contabilidade pública, não estava funcionando, e ele ficou de regularizar.

Posteriormente, depois de muitas denúncias nossas, dizendo que os técnicos do Tribunal de Contas do Estado estavam impedidos de fiscalizar as contas do governo, porque nenhum deles tinha acesso ao Fiplan, que lá estava apresentando as contas do governador Jaques Wagner, publicadas no *Diário Oficial*, e os secretários confessando publicamente que as contas estavam irregulares, que não retratavam a verdade, como declarou, à época, o secretário Manoel Vitório. Temos áudio e vídeo das gravações dos secretários Pititinga e Manoel Vitório.

Agora, no final do ano, vimos a irregularidade que aponte: um saldo de R\$ 2 bilhões negativos.

O secretário não cumpriu a data estabelecida e publicou no *Diário Oficial* que aqueles valores, aquela contabilidade de duas linhas, descumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, seria apresentada até o dia 10 de fevereiro, como efetivamente o foi, porque o Fiplan ainda não estava funcionando.

Os auditores do Tribunal de Contas do Estado começaram a ser treinados para operar o Fiplan no dia 10 de outubro de 2013. No mínimo, as contas do governo ficaram 10 meses sem nenhum tipo de fiscalização do Tribunal de Contas, necessária para o pleno exercício de seu trabalho.

Quando se publicou no *Diário Oficial* e o governo confessava que o Fiplan ainda não estava funcionando, fomos ao conselheiro Inaldo e dissemos que esperamos que, agora, com essas evidências, o Tribunal de Contas do Estado cumpra sua obrigação. Mesmo depois de todos os dados que vimos denunciando, o Tribunal de Contas apontou, mas nunca penalizou, fugindo da sua responsabilidade como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa. Porque, com todas as comprovações em áudio e vídeo e no *Diário Oficial* – já alertamos o presidente Inaldo –, pela primeira vez na história do nosso Estado entraremos com uma ação contra o Tribunal de Contas do Estado, que não estaria, e espero que esteja, cumprindo sua obrigação.

Então, esse é o ponto a que estamos chegando.

Hoje, estamos aqui para tratar de uma PEC, aquele vergonhoso projeto que o governo foi obrigado, momentaneamente, a retirar. Como a Maioria tenta passar o

rolo em cima da Oposição, o governo reenviou o projeto inconstitucional, imoral e ilegal. Não se pode, por falta de gestão do atual governo, querer tentar inviabilizar aquele que será eleito pelo povo da Bahia para governar o nosso Estado nos próximos 4 anos.

Vou começar falando dos números. Deputado Elmar Nascimento, Líder da Oposição, quando não se tem confiança, não tem garantia do que se fala, faz-se às escondidas. Se a equipe do governo tem plena convicção do que está fazendo por que não convida o secretário Manoel Vitório para vir ao Plenário desta Casa, ou à Comissão de Finanças, que nunca funciona e tem uma tremenda estrutura?

Tenho visto determinada emissora verificando as presenças. Essa emissora tem que ir à Comissão de Finanças e Orçamento, dentre outras, que é exemplo da má utilização da estrutura desta Casa. É uma comissão que funciona, no máximo, de quatro a cinco vezes no ano. Para quê? Para que o governo, com sua maioria, aprove as contas irregulares que têm chegado, com o aval do Tribunal de Contas. Para que uma tremenda estrutura numa comissão que deveria ser de fiscalização e finanças, mas que é só comissão de aprovação de contas? Não é nem de discussão, é de aprovação de contas!

Essa emissora deveria vir toda terça-feira, às 11 horas, para ver que a comissão não funciona, o governo não dá quórum, não se debate nada. Então, seria a oportunidade para ver se ela funcionaria uma vez no ano, do ponto de vista produtivo.

O secretário Manoel Vitório, em vez de fazer às escondidas, somente com a Base do governo, deveria fazer na comissão a exposição da PEC, da necessidade de cobrir o rombo da fonte 00, apresentando alguns dados, dos quais o Líder do governo, Zé Neto, falou numa rapidez enorme, mas não passou despercebido por nós.

A previdência do Estado está com um rombo de R\$ 2 bilhões e 400 milhões. É mentira! Ou o Líder do governo tem razão ou a publicação do balanço do governo está errada. É mentirosa a declaração do Líder, que o fez única e exclusivamente porque pegou os dados, pelo que diz, com o secretário da Fazenda, ou o secretário da Fazenda fez uma publicação errada no *Diário Oficial*.

Quando vemos o resultado de janeiro a dezembro de 2013, o bimestre novembro e dezembro de 2013 apresenta o resultado do rombo da previdência, em 2012, de R\$ 1.067.691.507,00. Esse rombo, dito pelo Líder do governo, de R\$ 2 bilhões e 400 milhões está publicado no *Diário Oficial do Estado* como sendo de R\$ 1.290.992.618,00.

Em que acreditamos, na apresentação feita pelo secretário, às escondidas, repito, só com a Bancada do governo, ou no que o governador mandou publicar no *Diário Oficial*? Por que fazem isso? Se tivessem segurança nos números e do que estão tentando fazer fariam publicamente para que se pudesse estabelecer o debate, comparar-se os números apresentados com os publicados. Nós queremos é transparência, o que inexistente.

O governo nos deu o que esperávamos. Foi a primeira vez que gostei de ver a truculência da Base do governo, usando apenas sua maioria nas comissões e no Plenário. Um dos membros da Comissão de Constituição e Justiça chegou a dizer,

quando estávamos analisando a PEC e a Oposição obstruindo, um membro do PT disse que as leis têm que valer só para a Maioria, a lei não vale para a Minoria. Um membro do PT dizendo na comissão, deputado Adolfo, que a lei era para proteger a Maioria, e não a Minoria. Que democracia é essa? O Regimento Interno da Casa existe e foi elaborado desde a época da ditadura militar. Mas a ditadura militar preservou o direito da Minoria, e a Bancada do governo age como um membro do PT agiu na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas gostei de ver, pela primeira vez, uma maneira equivocada, impositiva, ditatorial, que lembra a forma de Hitler administrar, defendida agora pela PT na Comissão de Constituição e Justiça. Por que gostei? Porque a truculência, a arrogância, a falta de preparo e conhecimento do Regimento Interno desta Casa, por parte da Liderança do governo, fez com que ocorressem três falhas enormes na tramitação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça. Isso aí dará o argumento de que precisávamos. Eles não tinham como entrar com a PEC, pela inconstitucionalidade.

Mas agora nos deram a oportunidade de evitar que o outro projeto, aí, sim, vergonhoso, que veio logo em seguida à PEC, para antecipar os *royalties* do futuro governo, possa entrar efetivamente. Devemos estar dando entrada hoje na ação, tarefa que ficou a cargo do futuro Líder do governo – não, porque irá para deputado federal –, mas, enfim, o atual Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, e do deputado Paulo Azi, que já se reuniram com os advogados. Devemos entrar com um mandado de segurança. Agora, sim, por quê? Pela truculência, pela falta de conhecimento do Regimento. E aí, como a tramitação foi atropelada pelo menos durante 3 vezes em apenas um projeto, entraremos com um mandado de segurança para interrupção da tramitação da PEC nesta Casa.

Se me perguntarem quais são as irregularidades, digo: não souberam contar os prazos estabelecidos no Regimento Interno de uma maneira extremamente clara. São 10 dias para apresentação de emendas. Como o governo aqui, já que em relação a PEC não poderia, porque não se permite mudanças de Constituição em regime de urgência, pediu prioridade, o prazo se reduziu para 5 dias. Dessa forma, o prazo terminaria no dia 14 de fevereiro.

E o governo – de maneira precipitada, pois contou errado –, no dia 14 de fevereiro, quando ainda havia data e prazo estabelecido em lei para que apresentássemos emendas, publica no *Diário Oficial* o relatório permitido pela Casa Civil do governador. Nesta Casa não se emite, no governo Wagner, nenhum relatório. Todos os relatórios são lidos e os relatores, via de regra, são nomeados na hora. Vêm aqui apenas para ler o que veio produzido, nem sabem o que estão lendo. Esse foi o primeiro grande erro do governo.

Depois comeram uma mosca mais uma vez, quando se esqueceram de que havia projeto tramitando, com entrada na Comissão Constituição e Justiça antes da PEC. Poderia, regimentalmente, qualquer parlamentar entrar com o pedido de inversão de pauta na abertura dos trabalhos da comissão. Seria submetido ao plenário da comissão, e a Maioria votaria para que pudesse ser feita a inversão.

Poderia, por iniciativa do presidente da comissão, pedir a inversão da pauta e sujeitá-la à aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, o que também não foi feito. Desrespeitaram, mais uma vez, o que determina de uma maneira extremamente clara o Regimento da Casa. O governo, com a sua maioria, passa por cima dessa irregularidade, tanto é que nós, da Oposição, nos negamos a participar das reuniões, porque ele cometeu a terceira e última irregularidade extremamente gritante.

O Regimento Interno da Casa também determina que nenhuma comissão permanente pode funcionar na Casa quando o Plenário estiver em funcionamento. Com o governo viu que não tinha alternativa pois já tínhamos presentes, inscritos para discutir o projeto, mais 8 deputados da Oposição, o que faz? De uma maneira monocrática, o presidente da comissão interrompe o funcionamento de uma sessão ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, dizendo que ela será reiniciada após o encerramento da sessão plena. Ele confundiu as atribuições do presidente do Poder Legislativo com as atribuições do presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Total desconhecimento do Regimento Interno.

Esses três motivos nos deram oportunidade para entrar com um mandado de segurança ainda hoje, para evitar a tramitação dessa famigerada PEC, que vai permitir, deputado Alan...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Cadê o *ferryboat* que não volta a funcionar? O Carnaval chegando, deputado Alan, o seu secretário, vice-governador, tem de vir aqui. Ele prometeu, está gravado, que no Carnaval o *ferryboat* iria funcionar. O *ferryboat* não saiu nem da Grécia.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Vou concluir, com a sua tolerância. Mas quero ver, meu caro presidente, o *ferry* do vice-governador começar a ancorar aqui na Bahia. Os ancoradouros estão chegando maiores, mas o *ferry* está na Grécia.

E mais, é uma coisa estranha, deputado Alan, que o governo compra um *ferry*, só uma empresa participa. Agora, quem vai operar os terminais? Só uma empresa. É só na Bahia, só no governo PT, e com a colaboração do vice-governador, que é do partido de V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- (...) consegue fazer com que só uma empresa participe, e quem vai pagar o pato é o povo da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, fizemos um acordo com a Oposição. Vou pedir a contagem de quórum para continuidade da presente sessão. Pediria aos deputados da Bancada do governo para que se retirem do Plenário para que não aja quórum e seja derrubada a sessão, como definido em acordo.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Pois não, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Só para esclarecer o acordo que foi feito com o Líder do governo. Efetivamente foi feito. A ideia do Líder do governo era encerrar antes do término do Pequeno Expediente. Iria pedir uma verificação de quórum e já tinha orientado à Bancada do governo a se ausentar. Eu solicitei ao Líder do governo para que não fizesse isso. Eu estava inscrito para usar o Grande Expediente e o deputado Zé Neto falou: “V.Exª pode usar os 15 minutos que tem para verificação, até estendemos o tempo em mais 10 minutos para utilizar”. Eu ponderei e disse que era melhor usarmos o tempo previsto no Grande Expediente, e o acordo foi nesse sentido. Quando terminar o Grande Expediente, pedimos uma verificação de quórum e não pedimos aqueles 15 minutos adicionais.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Atendendo à solicitação do Líder do governo e Líder da Maioria, pedindo a verificação de quórum, no momento só temos a presença de 12 Srs. Deputados. Não há quórum suficiente para dar continuidade à presente sessão e a declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*